

A FECUNDIDADE DAS VOZES QUE, NAS ESTANTES DE LIVROS, AINDA CALAM EM SILENCIOSA ALGAZARRA

Cristina Maria VASQUES*

MACHADO, A. M. **Silenciosa algazarra**: reflexões sobre livros e práticas de leituras. São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

“... quem não lê é, em última análise, um burro” (apud João Ubaldo Ribeiro, p. 11).

Essa frase de João Ubaldo Ribeiro abre – como parte de uma citação maior – o primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *Silenciosa algazarra*: reflexões sobre livros e práticas de leituras, obra em que Ana Maria Machado reúne alguns artigos e uma série de palestras proferidas em congressos, encontros, seminários e colóquios sobre a questão do livro e da leitura literária, no Brasil e no exterior. Ainda que a autora procure amenizar a literal e aparente rudeza das palavras de Ribeiro, afirmando que são “chocantes” logo no segundo parágrafo, é com essa frase insistentemente revolvendo a mente que o leitor envolve-se com as ideias e experiências de Machado, impressas e latentes nas 290 páginas do livro.

A obra não é ampla somente no número de páginas. Ao contrário, a quantidade de páginas é ínfima diante da amplitude – de variedade e de aprofundamento – dos assuntos que aborda. Podemos metafóricamente entender a obra de Machado como uma sinfonia rara – que não obedece à forma – e apresenta mais do que os quatro ou cinco movimentos permitidos sobre o mesmo tema (livro e leitura no Brasil), incluindo-se os decorrentes de questões estrangeiras, notadamente as norte-americanas e as europeias, ligadas principalmente à hegemonia cultural da língua inglesa e do mundo anglo-saxônico, que acaba por confirmar “que aquilo que não for traduzido em inglês não é levado a sério” (p. 280).

Repetidamente representante do Brasil em encontros internacionais – alguns promovidos pela Unesco – que discutem a questão das políticas públicas relacionadas ao livro e à leitura, Ana Maria Machado nos revela os bastidores desses encontros, em que “os projetos são recebidos com indiferença ou incompreensão, quando não com alguma forma de agressividade” (p. 220) por parte dos formuladores

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras, Instituto de Biociências. Rio Claro – SP – Brasil. 13506-900. cristinavasques@terra.com.br

dessas políticas na América Latina, que os destorcem e desvirtuam por medo de perderem o controle sobre os indivíduos sociais – destaque aos professores –, o que o incentivo à leitura pode provocar se “começarem a ler e pensar por conta própria, se aprenderem a discordar e argumentar de modo convincente” (p. 228), benefícios que todos sabemos serem resultantes da intimidade com a leitura.

Nesses encontros, Machado também constatou que a própria “burocracia educacional não tem a mais leve intimidade com a literatura, morre de medo de se ver diante de um texto de poesia, ficção ou ensaio, se sente insegura e perdida diante de uma linguagem que não se reduz a palavras de ordem, fórmulas ou receitas” (p. 228). Por isso, esses burocratas formuladores de políticas terminam por promover a censura em suas múltiplas dimensões, juntamente com o apoio de outras instâncias sociais (religiosas, editoriais, midiáticas, municipais, estaduais etc.) e, assim, instituir o “saber ler [exclusivamente] para ser bem mandado” (p. 13).

A institucionalização da leitura para a manutenção de uma “docilidade obediente” (p. 231) tem inúmeras implicações e consequências, e, dentre elas, a falta de bibliotecas, sua distribuição deficiente nas cidades e seu horário de funcionamento “comercial”, que impedem trabalhadores de usufruir esse bem público; o alto preço dos livros e a impossibilidade do acesso à leitura pelas classes economicamente menos favorecidas; a má formação dos professores que, em grande parte dos cursos de graduação, não são incentivados ao hábito de ler e, posteriormente, nas escolas, onde passam a trabalhar, são os responsáveis pelo **estímulo** à leitura, e a tratam como se esse hábito fosse “algo semelhante a escovar os dentes” (p. 22); pela pedagogização da literatura, que insiste em “ignorar que literatura é arte” (p. 211) e a utiliza prioritariamente como pretexto para o desenvolvimento da escrita.

Para além dessas consequências, há ainda as desencadeadas pelos problemas econômicos que afetam (não somente) o bloco de países latino-americanos, especialmente os hoje chamados de “países emergentes”: a falta de escolas, a baixa qualidade do ensino, saúde, transportes, alimentação e moradia, estigmas que afetam, direta ou indiretamente, a questão da oferta e da liberdade da leitura e induzem a uma leitura singular e padronizada que impede o leitor de conhecer diferentes pontos de vista. Isso resulta em conferir ao livro e à leitura livres um caráter quase bélico-revolucionário em que “os livros passam a ser mesmo uma arma, podendo tirar a liberdade ou a vida das pessoas que discordam dessa leitura única” (p. 200).

Como exemplos dessa ampla, porém, velada censura praticada em nível mundial, a autora nos conta, dentre muitos outros, o caso de sua obra *Menina bonita do laço de fita*, ocorrido na Dinamarca, e o de Lygia Bojunga Nunes *versus* Castrinho, no Brasil. O primeiro evidencia que, decorrente de longos anos de censura somados aos interesses econômicos, “o medo e a prudência estão se fazendo presentes em excesso no processo de tomada de decisões anterior à publicação do livro” (p. 200).

Por isso, a publicação da obra de Machado foi recusada sob a alegação de que a história apresentava “personagens mestiços com naturalidade, como se o convívio entre brancos e negros pudesse ser harmônico e fosse desejável” (p. 215), ou seja, pelo preconceito racial de uma nação europeia, em pleno século XXI.

O segundo caso, decorrente da ignorância sobre a importância da leitura que os longos anos de censura – clara e velada – e os interesses capitalistas entalharam na sociedade brasileira, constitui-se, de acordo com Machado, num “problema ético [que] deixa no ar um desagradável cheiro de chantagem, que não deveria, em hipótese alguma, ser associado ao processo educativo” (p. 239). Trata-se do descarte da obra *A casa da madrinha*, de Nunes, que deixou de ser adotada por uma grande escola carioca porque sua autora, que não reside no Brasil, não podia comparecer para um bate-papo com os alunos, como prometera a editora. Assim, os gestores substituíram a adoção da história de Nunes pela de um livro de piadas do comediante Castrinho, cuja presença na escola era assegurada.

Silenciosa algazarra aborda ainda a questão da tradução como rompimento de barreiras: necessidade moral, segundo George Steiner, e dever, de acordo com Alan Garner, autores citados por Machado. A tradução é aqui entendida como o cruzamento de fronteiras entre indivíduos e culturas que, como afirma Roger Chartier, também citado, possibilita múltiplas reapropriações. Dentre elas, a mais importante, de acordo com Fernando Savater – outro autor do qual Machado lança mão –, de reconhecer semelhanças em meio à diversidade, “substância que nos serve de essência [...] e que nos une, acima e além das discrepâncias e dos detalhes, apesar de todas as diferenças acidentais, visíveis e explícitas, em que estamos imersos” (p. 224). Desse ponto de vista, conforme nos chama a atenção a autora, nós, brasileiros, somos privilegiados, uma vez que nossa formação leitora (embora insistentemente precária desde o descobrimento) não se deu com base em obras nacionais.

A crítica literária é outro assunto focado por Machado, que a considera necessária e relevante, desde que procedente de pensadores críticos capazes de ser sensíveis e trazer à luz aquilo que o texto evoca, e não “dar notas, aprovar ou eliminar, atacar ou defender, emitir juízos de valorização em tom definitivo” (p. 77). A autora considera também o espaço cada vez mais reduzido que a crítica ocupa na mídia e a grande quantidade da produção editorial, que a diluem e a tornam sem sentido, fazendo dela “apenas um registro superficial, resenha mecânica, indicação de consumo, ao sabor dos interesses próprios [...] das amigadas, da eficiência ou simpatia dos divulgadores e assessores de imprensa, do charme e poder da cooptação das editoras, [...] etc.” (p. 76). De outro lado, aponta que a crítica universitária, mais substancial, tende a acreditar que tem o poder de estabelecer o cânone e consagrar o anticânone, muitas vezes seguindo modismos e falando para os próprios pares.

Ainda que rarefeita e muitas vezes tendenciosa, a autora aponta, no entanto, como o fez Leyla Perrone-Moisés (1998) em *Altas literaturas*, para os críticos que chama de poetas e “ensaístas seminais”, que dialogam “com a obra sobre a qual se debruçam. [Têm] a fina capacidade de leitura crítica expressa em textos à altura [e] nos trazem suas leituras enriquecedoras” (p. 77), como o fizeram os estrangeiros George Steiner, Umberto Eco, Italo Calvino, Roland Barthes, Edward Said, Susan Sontag, Jorge Luis Borges, e os brasileiros Mário de Andrade, Augusto Meyer e Manuel Bandeira. E como o fazem hoje, no Brasil, Edmir Perrotti, Eduardo Portella, Sérgio Paulo Rouanet, Alfredo Bosi e Marisa Lajolo, dentre muitos outros. Eles exercem, por meio de suas críticas, o importante papel social de questionar o cânone, “para que nele entrem outras obras, para que certas revisões sejam feitas, para que a arte da palavra de uma coletividade mantenha seu diálogo com a tradição literária e traga algo mais a essa interação, multiplicando portas para outros mundos de linguagem” (p. 80). Assim, fazem o que podemos chamar de **a crítica da crítica**.

Diante de nossas colocações sobre as demandas que se impõem à consideração da temática do livro e da leitura profundamente analisadas por Machado em sua *Silenciosa algazarra*, dificilmente ocorre, ao leitor desta resenha, pensar que toda a obra gira em torno do que chamamos de literatura infantil e juvenil. Mas é justamente o que acontece. Porém, como escritora e leitora ferrenha, Ana Maria Machado – uma das duas brasileiras agraciadas com o “Prêmio Hans Christian Andersen”, o “Nobel” da literatura infantil, pelo conjunto de sua obra em 2000¹ – tem consciência de que literatura é literatura, arte feita de palavras, ainda que adjetivada “infantil e juvenil”. Por ser literatura antes de qualquer outra coisa, a que é convencionalmente (ideológica, política e economicamente) destinada a crianças e jovens padece dos mesmos males e, assim, deve receber o mesmo tratamento. No entanto essa literatura, justamente porque é a recomendada aos não adultos, é também a que tem a responsabilidade de formar leitores. Isso lhe confere uma “carga” extra: a de conquistar esses leitores; e uma exposição igualmente extra, uma vez que, ao contrário da literatura “adulta”, entra na vida dos indivíduos desde a mais tenra idade – em alguns casos, antes mesmo da idade escolar – e depois, é institucionalizada pela escola.

Nem sempre, porém, os professores e gestores – que têm o encargo de selecionar as obras a serem oferecidas aos alunos – têm intimidade com a leitura, e, ignorantes de seu poder formador e transformador, acabam cometendo enganos como o de escolher uma obra não por suas qualidades artísticas, mas, como apontamos anteriormente, pelas “vantagens” que uma editora oferece em troca da compra de muitos exemplares. Por isso, Machado afirma que “quem não costuma ler não deveria fingir que está estimulando a leitura” (p. 24). E critica o uso que se faz,

¹ Antes de Machado, em 1982, Lygia Bojunga Nunes também recebeu o “Prêmio Hans Christian Andersen” pelo conjunto de sua obra.

na escola e em nome do letramento, de revistas, quadrinhos, jornais, publicidade e outras “experiências para as quais os alunos já são amplamente estimulados fora da sala de aula em vez de aproveitar para lhes dar a rara oportunidade de fazer contato com textos que seriam muito mais difícil encontrar sem orientação” (p. 34). Para ela, utilizar, em aula, textos com os quais os alunos convivem diariamente fora da escola é perda de tempo e acaba por atestar a falta de experiência de grande parte dos profissionais da Educação com a leitura, bem como o seu desconhecimento do valor cultural do legado literário.

Dentre esses valores, destacam-se a intertextualidade e a ilustração. Esta, outra forma de arte que “anda junto” com a literária nos livros destinados a crianças, precisa ser mais bem compreendida: é uma história sem texto escrito? Em que difere deste? Há alguma relação de subordinação entre eles? São iguais em significação? E a autora afirma que há falta de estudos, de discussões e de críticas consistentes à ilustração, principalmente pelo fato de não haver uma formação artística adequada nas escolas brasileiras: “Nossa escola [...] não dá a menor chance para alguém desenvolver seus talentos nessa área. Qualquer criança de um país desenvolvido tem mais contato com a experiência artística em um semestre de educação escolar do que nós em todos os anos” (p. 271). Mas também por não haver cursos de nível superior que formem críticos “capazes de conjugar um conhecimento amplo do livro para crianças com um domínio teórico da retórica da imagem em geral e a capacidade crítica de lidar com a linguagem visual” (p. 269). No entanto, isso não significa que não tenhamos uma “crítica imagética”. Esse papel tem sido assumido, embora ainda pontualmente, pelos próprios artistas que ilustram obras infantis brasileiras, atualmente muito premiadas em todo o mundo.

A intertextualidade, amplamente examinada em *Silenciosa algazarra*, recebe vários conceitos e definições. Dentre eles, a de ser “a brincadeira em que um livro [pisca] o olho para outro [...] o resultado de uma fecundação feita por obras anteriores” (p. 90). Obras que permitem e promovem o diálogo entre a literatura infantil e os clássicos da literatura universal desde Homero e Virgílio, passando pelos romances de cavalaria, Shakespeare, Machado de Assis e Guimarães Rosa, dentre outros, bem como por outras áreas do conhecimento como as artes, o folclore, as ciências naturais e exatas, a política, a sociologia, a psicologia etc.

Silenciosa algazarra trata a literatura infantil e juvenil como patrimônio cultural, de igual para igual com toda a literatura, sob os mesmos parâmetros e fundamentos. Assim, preenche uma lacuna que há muito faltava aos estudos literários, no Brasil: uma reflexão ampla – histórica, política, social e cultural – sobre a literatura para crianças e jovens produzida por autores/ilustradores brasileiros, sob a óptica de pensadores do porte de Joseph Campbell, Edgar Allan Poe, Vladimir Propp, Carl Jung, Ezra Pound, Jorge Luis Borges, Sigmund Freud, Umberto Eco, Italo Calvino, Roman Jakobson, Jack Zipes, Câmara Cascudo, Antonio Candido e

muitos outros, alguns dos quais já citados anteriormente. Dessa forma, Machado coloca a literatura alcunhada “infantil e juvenil” em seu justo lugar de direito, *pari passu* com a mais “alta literatura” mundial.

Machado, no entanto, não tem a intenção de concluir, mas apenas de apresentar fatos e possibilidades que levem o leitor a pensar os efeitos das políticas do livro e da leitura, o valor da literatura – sobretudo a destinada a crianças e jovens – e o tratamento efetivo dado a ela no Brasil e no mundo, num momento em que proliferam encontros para discuti-la e ambigualmente, nas estantes de livros, permanecem “um número imenso de vozes querendo falar, à espera de serem ouvidas, todas com algo a dizer [...] um alarido calado à força e uma alegria amordaçada pela ignorância” (p. 8), em fecunda e ainda desperdiçada silenciosa algazarra.

Referência

PERRONE-MOISÉS, L. **Altas literaturas**: escolha e valor na obra crítica de escritores modernos. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Recebido em 31/12/2012.

Aceito para publicação em 10/06/2013

